



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 01/2015

Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Miguel Moreira da Costa** a presidir à Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, como Primeira Secretário, **David Miguel Vasques da Silva**, como Segundo Secretário, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **António José Cardoso Gomes**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Maria de Lourdes Lopes Faria**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Manuel da Conceição António**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **José João Rosa Gonçalves**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, **Rui João Gutierres Setúbal**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Modesto Dourado**, e conforme Edital de 18 de Fevereiro de 2015, reuniu em sessão ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: pela bancada do PS **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **José João da Rosa Gonçalves**. Pela bancada do PSD pediram substituição **José Carlos Costa Barros**, **Maria do Rosário Papafina Proença** e **Maria Alexandra Martins do Livramento** que foram substituídos por **António José Cardoso Gomes**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa** e **Maria de Lurdes Lopes Faria**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão.-----

Assinado
Ricardo
1

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; - Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia e o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** comunicou a renúncia de mandato de **Margarida Rosa Molarinho de Brito Simão** que foi substituída pelo elemento seguinte da lista da CDU - **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**. Informou ainda que o **Presidente da Assembleia Municipal** se encontra ausente por motivo de doença.-----

Neste período registaram-se as seguintes intervenções: **António Filipe Parra Martins** que apresentou a Proposta de Resolução "Pela salvaguarda dos postos de trabalho na Litográfica do Sul" aceite para discussão por **UNANIMIDADE** pelos membros da Assembleia Municipal e **Rui João Gutierrez Setúbal** que apresentou uma proposta de reconhecimento público a José Manuel Pereira e à Família Rafael de Oliveira pelo contributo que deram ao desenvolvimento cultural do concelho de Vila Real de Santo António. O **Presidente da Mesa** informou que esta proposta de homenagem será encaminhada para o executivo da Câmara Municipal. -----

Interveio **José Manuel Modesto Dourado** que desejou a rápida recuperação de **José Carlos Barros** e informou que a 29 de Dezembro enviou um requerimento à Câmara Municipal a solicitar informações sobre o número de trabalhadores em regime de contrato emprego inserção e quais as funções que estão a desempenhar. Acrescentou que o concelho tem perdido alguns serviços de importância para os munícipes e referiu alguns que nunca existiram como empresas de inspecção de veículos e loja do cidadão. Perguntou ao executivo camarário se tem interesse e capacidade para inverter este tipo de situação e se de alguma forma pode pressionar as entidades competentes a reverter esta situação.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes sugeriu ao executivo autárquico a criação de um plano estratégico no concelho e justificou este pedido com o facto de não haver, desde 2005, qualquer tipo de atracção ao investimento, e acrescentou: *" Verificámos o endividamento. Desde 2006 que eu próprio e o PS falamos da questão da não criação de emprego e de um plano de investimento. Isto resolve-se em seis ou sete meses e era bom que o executivo, até 2017, conseguisse apresentar um plano estratégico de desenvolvimento do concelho, no sentido de se inverter esta realidade."* -----

António Manuel Cipriano Cabrita afirmou que a bancada do PSD apoia a proposta de resolução apresentada pela CDU e acrescentou: *"Não é com este tipo de propostas de resolução, com toda a boa vontade que elas possam ter, que se resolve o problema da Litográfica. Isto serve apenas para dizermos que estamos solidários e que não queremos que a Litográfica feche. Existem outras questões que ditarão o futuro desta empresa que em*

*António
2*

tempos teve um papel fundamental do ponto de vista cultural e recreativo do concelho tendo em conta que foi a escola de muitas pessoas.” A Luis Fernandes disse que não é no período da Ordem do Dia que se consegue resolver os problemas do concelho sugerindo a criação de um plano estratégico de desenvolvimento e afirmou que, certamente, o PS já o terá pensado para o próximo mandato. -----

José Manuel Modesto Dourado mencionou ter enviado à Assembleia, na passada sexta-feira, uma moção que, a não ter sido incluída na Ordem de trabalhos será transformada em Declaração Política. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que a Assembleia não teve conhecimento desta moção pelo que o Bloco de Esquerda deverá, como sugeriu, transformá-la em Declaração Política. -----

José Manuel Modesto Dourado passou a ler e entregou à Mesa da Assembleia a Declaração Política “Saudação ao Povo Grego”.-----

Na sequência desta declaração política, **António Manuel Cipriano Cabrita** opinou que esta declaração deve ter sido feita antes da carta do Governo Grego ter chegado à Comissão Europeia, disse que gostaria de saber se esta questão terá concretização e acrescentou: “*É com actos e com factos que as coisas se confirmam e não com grandes afirmações.*”-----

António Filipe Parra Martins mencionou que o Plano Director Municipal já devia ter sido revisto há vários anos e perguntou se a sua revisão está prevista. Relativamente ao Bairro de Custos Controlados em Monte Gordo afirmou que existe um problema grave que afecta a maior parte dos moradores relacionado com o não funcionamento dos elevadores, painéis solares, iluminação das escadas e campainhas. Perguntou ao executivo camarário se prevê a resolução destas questões. Referiu ainda a construção da estação elevatória, também em Monte Gordo e afirmou que as obras estão paradas há vários meses. Questionou a autarquia sobre esta paragem e se a mesma significa que a estação irá mudar de local como foi solicitado pelos moradores do Projecto Saal. Interrogou ainda o executivo relativamente à data prevista para o avanço das dragagens da Barra do Guadiana e congratulou-se pela colocação de iluminação pública no beco junto ao Edifício Bela Vista nas Hortas, afirmando que a resolução desta questão surgiu após a identificação e denúncia feita pela CDU.-----

A **Vice-Presidente** da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. Disse a **José Dourado** que tem a resposta ao requerimento nomeado e esclareceu que não existem contratos, mas sim

*António
Filipe Parra Martins*
3

munícipes integrados através de medidas do Instituto de Emprego e acrescentou: *"Vocês contestam que são medidas precárias e são, mas estes são os apoios possíveis a famílias que nos procuram e que de repente ficam sem trabalho. Pergunto como se conseguem resolver estas situações quando lhes falta pão e condições de sobrevivência. Temos atualmente muitos munícipes integrados nestas medidas – 115 munícipes no programa C+ com afectação aos Núcleos dos Serviços Gerais, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, 27 integrados nos Núcleos de Gestão de Espaços Escolares e 20 abrangidos pelo Programa de Apoio à Deficiência. Existem ainda munícipes que estão integrados com subsídio de desemprego – 6 na Divisão de Educação e 40 no Núcleo de Serviços Gerais. O mais importante de perceber é que gostaríamos que estas pessoas fossem trabalhadores da Câmara, com contrato de trabalho, descontos e o seu sistema de saúde em dia, mas neste momento estes programas são aquilo que se pode fazer. A Câmara Municipal tem-se preocupado, com as alternativas possíveis, fazer com que não falte dignidade e comida na mesa a estas pessoas."* Terminou a explicação sobre este assunto garantindo que, felizmente, alguns destes colaboradores estão a conseguir emprego e a integrar-se no mercado de trabalho.-----

Relativamente à outra pergunta colocada por **José Dourado**, a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que o Presidente da autarquia já tem tentado que alguns serviços retornem ao concelho o que se tem mostrado tarefa difícil e que, o executivo gostaria que estes serviços voltassem, até porque, acrescentou: *"Isto significaria o aumento dos postos de trabalho no concelho de Vila Real de Santo António"*.-----

A **António Filipe Martins** disse que ainda não existe data definida para a aprovação do PDM uma vez que o mesmo está dependente de vários pareceres a nível dos organismos estatais. Quanto à estação elevatória afirmou que a obra vai continuar estando pendente apenas de uma autorização da EDP. Às questões apresentadas relativamente ao Bairro de Custos Controlados explicou que a entidade proprietária desses edifícios tem de resolver as questões pendentes e informou que hoje mesmo, a Chefe de Divisão de Acção Social da autarquia, participou em Lisboa numa reunião a fim de se saber como se podem resolver estas questões junto do IHRU. Em relação à dragagem da Barra do Guadiana assegurou que a mesma já teve o seu início no lado espanhol, que estão a ser efectuadas todas as diligências para que os trabalhos sejam executados o mais depressa possível e que este processo é um pouco moroso mas está a avançar. -----


4

A **Rui Setúbal** transmitiu que o executivo irá ter em consideração os pedidos de homenagem efectuados. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a Proposta de Resolução da CDU "Pela Salvaguarda dos Postos de Trabalho na Litográfica do Sul" a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O **Presidente da Mesa** deu conhecimento dos processos remetidos, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: --

- GARANTIA PARA EQUIPAMENTO CISCO, SOLUÇÃO DE BACKUP IBM E CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DE EVENTUAIS ANOMALIAS 2015

- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

- PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANUAL DE DESIGN E COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA PARA TODOS OS SUPORTES E PLATAFORMAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.-----

Deu ainda conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente:-----

- Ofício de Maria de Lourdes Faria a dar conhecimento que em 10 de Fevereiro último endereçou carta à CPCJ, a informar que nessa data deixou de pertencer à comissão alargada daquela entidade;-----

- Mails do Grupo Parlamentar do PCP a dar conta da pergunta feita ao Governo sobre a resolução de problemas no Agrupamento de Escolas D. José I, sobre as obras de reabilitação do edifício da Esquadra da PSP de VRSA e sobre a renovação da licença de pesca para o ano de 2015 a pescadores de Monte Gordo e respetivas respostas do Governo;-----

- Relatório de atividades da CPCJ; -----

- Ofício de apresentação da nova Presidente da CPCJ de VRSA; -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----


5

2. DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO PARA PARTICIPAREM NO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES; - Foi efetuada a votação e como Presidente de Junta efetivo foi eleito, com quinze votos, **Manuel da Conceição António**, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo. Como Presidente de Junta suplente foi eleito, igualmente com quinze votos, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António. Registaram-se nove abstenções.-----

3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M. S.A., RELATIVO À EXPLORAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA, CULTURAL E DE LAZER NA FRENTE RIBEIRINHA SUL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara com os votos contra dos Vereadores **David Murta**, **Luis Salas** e **José Cruz**, não se registaram intervenções. ----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **PS**, **CDU** e **BE**.-----

A **bancada do PS** leu a seguinte declaração de voto:-----

"A bancada do PS apoia que haja no concelho um grande desenvolvimento de actividades e dinamização turística e cultural e de lazer mas considera que o que foi feito anteriormente não nos deu o feedback de acções e agora, até nesta proposta, não estão esmiuçadas as actividades e por isso sentimos que temos que votar contra tal como os Vereadores da Câmara Municipal."-----

4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCESSÃO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESTACIONAMENTOS TARIFADOS DISPERSOS NA VIA PÚBLICA DO NÚCLEO URBANO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO E PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE MONTE GORDO – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara com os votos contra dos Vereadores **David Murta**, **Célia Paz** e **José Cruz**.-----

Interveio **José Manuel Modesto Dourado** que afirmou que o Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta e expôs o seguinte: *"Foi esta empresa, a ESSE, com sede em Braga que incumpriu o contrato relativo a 2013 de concessão e exploração do Parque de Monte Gordo? Não deixa de ser curioso ser a mesma empresa a voltar a concorrer e a ganhar o concurso."*


6

Que garantias existem da parte da câmara de que o mesmo não volta a acontecer? A que se deve a redução de alguns valores que a empresa vencedora do concurso está a pagar ao Município? Acredita a Câmara Municipal que tem os seus interesses salvaguardados?”. A terminar afirmou que a duração de 30 anos deste contrato é completamente despropositada.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse que este processo não traz grandes alterações áquilo que foi o anterior e que nesse sentido o PS tem a mesma posição. Afirmou que considera que a área é imensa tal como o período de tempo de concessão e que vai claramente criar, nas zonas que não são tarifadas, alguns problemas. -----

António Filipe Parra Martins opinou o seguinte: *“Voltamos novamente a discutir esta questão que nos vai afectar os próximos 30 anos e nos primeiros meses veremos as consequências que o centro da cidade vai sofrer com o estacionamento da Avenida da República quase até à Avenida do Encalhe e da Rua da Mão Amiga até quase à Rua de Angola – veremos como o comércio e a população reagem.”-----*

António Manuel Cipriano Cabrita disse a **Luis Fernandes** que com a sua afirmação deduz-se que seria necessário tarifar todo o concelho por causa do medo que pode haver em relação à zona tarifada e que efetivamente, se há uma zona tarifada, as pessoas procuram a zona não tarifada mas a realidade é que não se deve fazer disto uma questão tabu e garantiu: *“Ao longo do Algarve as tarifas de estacionamento têm vindo a ser implementadas tanto pelo PSD como pelo PS e em Évora a CDU também tarifou o estacionamento. Para se provocar a rotação dos lugares, a tarificação é uma das coisas que está definida, até em termos de economia dos transportes. Infelizmente em Vila Real de Santo António, tudo o que seja alterar velhas práticas é sempre problemático. Esta é uma boa fonte de receita para o Município e é uma forma de ordenar e controlar o estacionamento. Relativamente à empresa que ganhou o concurso, este é um problema que advém dos próprios concursos públicos. Legalmente não existe nada que impeça esta empresa de concorrer e a autarquia baixou os valores por o concurso ter-se repetido por não haver concorrentes”. -----*

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança afirmou que a redução do preço surgiu da necessidade de fazer prosseguir o concurso e que a empresa que ganhou o concurso terá um investimento inicial muito grande pelo que o prazo de concessão tem de ser grande também. Disse ainda que convém ter em conta que a população residente não é muito numerosa pelo que só no Verão o negócio poderá dar lucros e que a maioria dos cidadãos do nosso país tem

*Assinado
Almeida Lança*
7

estacionamento tarifado na sua zona central e comercial o que só vem beneficiar o comércio. Informou ainda que a empresa concessionária irá atribuir determinados lugares aos habitantes e aos comerciantes locais. -----

Rui João Gutierrez Setúbal declarou que o PS não está contra o estacionamento tarifado como regulador e como apoio aos lugares de estacionamento para quem nos visita, mas sim contra o exagero da área proposta para este estacionamento e por isso votarão contra o excesso de área. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que a empresa ESSE teve um incumprimento quando ficou com a concessão do estacionamento em Monte Gordo que implicou ter ficado sem o contrato, sem o equipamento e sem a caução e que num concurso público não se pode excluir uma empresa de participar se a mesma tiver legalidade para concorrer. Disse ainda que a situação anterior ficou resolvida e que por esse motivo esta empresa pôde concorrer. Afirmou que estes parques poderão ser uma mais-valia na atribuição de postos de trabalho e na dinamização de outros tipos de negócio. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA com os votos contra dos membros das bancadas do **PS**, **CDU** e **BE** e com as ausências dos deputados **Vítor Manuel de Figueiredo Rosa** e **António José Cardoso Gomes**. -----

Foi lida e entregue uma declaração de voto do BE.-----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2015; -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2015; -----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2015; -----

Presentes as propostas aprovadas por **MAIORIA** em reunião de câmara com as abstenções dos Vereadores **David Murta**, **José Barão** e **José Cruz**, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** sugeriu que as propostas fossem discutidas e votadas em conjunto, o que teve o


8

consenso dos membros de todas as bancadas. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** pediu aos três Presidentes de Junta que se pronunciassem sobre estes protocolos. -----

Manuel da Conceição António, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo disse concordar plenamente com o teor do protocolo. -----

José Roberto Leitão Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nove de Cacela afirmou estar de acordo com o teor do protocolo e não ter dúvidas e receios quanto ao cumprimento do mesmo.-----

Luis Miguel Guerreiro Romão, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António garantiu que não existe da sua parte oposição à celebração deste protocolo e informou que ainda não houve tempo de colocar em prática algumas das novas competências da Junta, nomeadamente a limpeza das ruas. Informou que o seu executivo está interessado em ter mais competências e que irá fazer uma avaliação da capacidade para as pôr em prática. -----

Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro mostrou satisfação por os três Presidentes de Junta estarem de acordo e garantiu já ter visto outros protocolos com verbas superiores.--

As propostas foram colocadas a votação e aprovadas por **MAIORIA** com as abstenções dos membros do **PS, CDU e BE**. -----

A CDU leu e entregou declaração de voto para os pontos 5,6 e 7.-----

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E HERDEIROS DE MANUEL DOS SANTOS ROCHINA E OUTROS;-
Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** por aquele órgão, com as abstenções dos **Vereadores David Murta e José Barão**, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** explicou sucintamente o teor desta proposta e o diferendo existente entre o Município de Vila Real de Santo António e os Herdeiros de Manuel dos Santos Rochina. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que este processo decorre há vários anos e que vários executivos fizeram tentativas para resolver este diferendo que neste momento tem a ver com uma questão jurídica. Apresentou o Dr. Ricardo Fonseca, presente nesta Assembleia e autor da informação que acompanha a proposta e, pediu ao Presidente da


9

Mesa autorização para a sua intervenção sempre que fosse necessário responder a questões do foro jurídico.-----

O **Presidente da Mesa** autorizou a intervenção do Dr. Ricardo Fonseca nos termos propostos. -----

Rui João Gutierrez Setúbal teceu as seguintes considerações: *“Na minha perspectiva parece pouco normal que apareça deliberação nesta Assembleia baseada no documento denominado «Exposição à Câmara Municipal de VRSA» do qual ficámos agora a saber o seu autor visto o documento não estar assinado. Ao fazer a leitura deste documento permito-me concluir que o que estamos aqui a analisar não é uma questão política e a esta Assembleia cabe tomar decisões do campo político. Trata-se de uma decisão iminentemente do foro judicial no qual penso que esta Assembleia não deve ser chamada a pronunciar-se politicamente sobre a mesma. Nesta análise aparecem algumas actuações graves e algumas questões que têm a ver com possibilidades de falsificação. Eu não me sinto em condições de tomar qualquer posição sobre esta matéria que irá ser decidida juridicamente e esta será a posição de voto da bancada do PS.”*-----

Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro opinou que este processo tem muitos anos e que este novo avanço da autarquia pode pôr um termo ao mesmo e acrescentou: *“O nosso tempo disponível não foi suficiente para apreciar um processo tão grande, nem a nossa formação dará para isso. Vimos documentos com anteriores acordos, expropriações de terrenos, contrapartidas, queixas crimes e uma possível falsificação de documentos. É um processo sensível e os membros desta bancada desejam que a justiça seja encontrada. Tomamos a decisão de abstenção em consonância com a decisão tomada em reunião de câmara pelos Vereadores do PS”.*-----

António Manuel Cipriano Cabrita afirmou *“Estamos solidários com a posição do executivo e concordamos que este assunto tem de ser resolvido em tribunal.”*-----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança explicou que apesar do título da proposta não ser o mais perceptível, o objetivo é a resolução desta questão em tribunal. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes perguntou se a continuidade deste processo vai vir sempre à Assembleia para deliberar, tendo em conta que este assunto vem agora à Assembleia e que um dos pontos da proposta são as diligências judiciais.-----


10

O **Presidente da Mesa** informou que por lapso a documentação entregue não foi devidamente assinada, o que não retira autoridade ao documento apresentado, embora tecnicamente fosse mais perfeito se estivesse assinado. Acrescentou que considera que este processo diz respeito à política porque é público e, à legalidade, transparência e esclarecimento que o executivo pretende dar aos munícipes mostrando as razões da continuidade do processo, e acrescentou: *"Está em causa legalizar este diferendo que tantas questões tem colocado e promover as diligências necessárias para se apurar se os herdeiros são proprietários da parcela de terreno. É este o sentido da proposta"*. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse concordar com aquilo que foi dito pelos deputados relativamente à necessidade de dar continuidade a este processo e informou que dar-se-á sempre conhecimento do mesmo aos membros da Assembleia Municipal. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes informou ter feito uma leitura do processo e ter acompanhado o mesmo, estando em causa o acordo efectuado em 1993. Perguntou o porquê de naquela exposição se falar numa estrada que passará no terreno em causa e que vai ligar à Rua de Angola. Questionou ainda o motivo de só agora se estar a tentar resolver este assunto, ao fim de 10 anos de mandato do PSD e de muitos executivos anteriores. -----

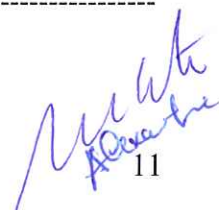
O **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o documento não refere a Rua de Angola mas sim a Avenida da República. -----

José Manuel Modesto Dourado informou que o Bloco de Esquerda, ainda que não apresente declaração de voto, vai optar pela abstenção pelas razões já aduzidas por **Rui Setúbal** e **Luisa Currito**.-----

António Manuel Cipriano Cabrita interveio para dizer que este processo se arrasta há vários anos e que agora o PSD tenta resolvê-lo. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Vanda Fernandes** que ao fim de todos estes anos é necessário repor a verdade e resolver a situação. A **Luis Fernandes** disse que à Assembleia Municipal virão todos os processos que o executivo entender que são passíveis de ir a questões litigiosas.-----

Colocada a votação, a proposta da Câmara Municipal relativamente aos procedimentos a adotar perante o acordo de 28 de Outubro de 1993, celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e os Herdeiros de Manuel dos Santos Rochina e Outros, foi aprovada por **MAIORIA**, com as abstenções dos membros do **PS, CDU e BE**. -----


11

A CDU leu e entregou declaração de voto. -----

9. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS; -----

Interveio **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** para referir que os membros do PS são favoráveis aos pressupostos que estão plasmados na moção e que na Assembleia da República o PS votou contra a proposta de lei do Governo que inseria os pressupostos destes ideais. Acrescentou ainda que o PS tem como preocupação a transferência de competências sem a devida cabimentação. Acrescentou ainda que o voto da bancada do PS será favorável. O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. A mesma não foi aprovada com os votos contra dos membros da bancada do PSD. -----

10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 1,2,3,4 E 5 DO ANO DE 2014; -----

Por **Rui João Gutierres Setúbal** foi solicitada uma alteração à redação da Ata n.º 3. Efectuada a retificação e colocadas a votação, as Atas tiveram a seguinte votação: -----

Ata n.º 1 - aprovada por **MAIORIA** com duas abstenções;-----

Ata n.º 2 - aprovada por **MAIORIA** com duas abstenções;-----

Ata n.º 3 - aprovada por **MAIORIA** com três abstenções;-----

Ata n.º 4 - aprovada por **MAIORIA** com três abstenções;-----

Ata n.º 5 - aprovada por **MAIORIA** com três abstenções;-----

11. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

Interveio **Rui João Gutierres Setúbal** para citar "*Acta – relato geralmente escrito em livro especial em que se regista tudo quanto se trata numa reunião*". Quanto ao relatório disse escusar-se a comentá-lo e afirmou que o mesmo não cumpre um conjunto de pontos que fazem parte do regulamento e que nenhum executivo, incluindo o do PS, está livre de reparos. Reportou-se a uma Acta do ano 2000 que refere que o Presidente da Assembleia evocou o não cumprimento da Lei Autárquica que estabelece o prazo de entrega do relatório e onde decidiu retirar o relatório da Ordem de Trabalhos. Opinou que este tratamento também deveria ser utilizado agora tendo em conta que o relatório não está em condições de ser analisado visto não ter sido entregue atempadamente e não cumprir um conjunto de requisitos a que o regulamento obriga e que nesta Assembleia se têm vindo a ignorar. Solicitou de seguida ao **Presidente da Mesa** que o relatório fosse retirado. -----


12

O **Presidente da Mesa** referiu que esta solicitação não é oportuna visto tratar-se apenas de uma apreciação e não de uma votação. Considerou que o deputado deve apresentar por escrito o seu protesto para ser devidamente encaminhado. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes invocou a Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais e falou das competências da Assembleia Municipal e da apreciação do Relatório do Presidente da Câmara Municipal relativamente à actividade da autarquia e à sua situação financeira, fazendo ainda referência ao prazo de envio do relatório. Sugeriu a criação de uma Comissão de análise da documentação antes das convocatórias para as Assembleias com vista a serem eliminadas estas e outras questões. -----

António Manuel Cipriano Cabrita opinou que o problema das comissões é o de posteriormente não haver quórum para fazê-las reunir e afirmou que noutros tempos os relatórios por vezes nem chegavam às Assembleias. -----

Rui João Gutierrez Setúbal solicitou que ficasse lavrado em Acta um protesto pelo facto de reiteradamente não se dar cumprimento áquilo que está estipulado pela Assembleia Municipal naquilo que é a informação objectiva que tem de ser fornecida pelo Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal e afirmou que o relatório está incompleto e não corresponde áquilo que é exigido por lei. -----

O **Presidente da Mesa** informou que o protesto fica lavrado em Acta. -----

Interveio a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** para explicar que, por vezes, o relatório não fica pronto com maior antecedência devido à quantidade de trabalho que os técnicos da autarquia têm e que o executivo vai tentar que esta questão se resolva. -----

Passou-se ao **Período de intervenção do público**, não se registando intervenções. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a minuta da Acta desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----


Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou os trabalhos, pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,



(Miguel Moreira da Costa)



(Alexandre Hermínio Drago Madeira)

A memória é a consciência inserida no tempo (Fernando Pessoa).

É a propósito da memória e do reconhecimento devido a quem contribuiu para o desenvolvimento social, cultural e desportivo do concelho que decidi fazer esta declaração.

Pese embora a tendência que existe, por parte alguns como forma de menorização de outros, em lembrar que alguém não é natural do concelho, a verdade é que a nossa história recente prova que, entre os que adoptaram Vila Real de Santo António como sua terra, há quem mereça o reconhecimento colectivo.

Infelizmente temos assistido ao esquecimento de vila-realenses que desempenharam um papel importante no âmbito cultural, desportivo ou social!

Reconheço que estarei ser injusto para alguns, mas gostaria de destacar hoje e aqui um nome e uma família, que pela sua contribuição para a divulgação cultural, julgo serem merecedores de reconhecimento público

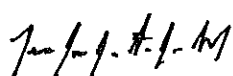
José Manuel Pereira! Nome sobejamente conhecido de várias gerações de vila realenses. Se o que primeiro nos vem à memória foi o cargo que, durante vários anos exerceu com dedicação e sentido de responsabilidade de director do Jornal do Algarve, teve igualmente importante actividade como dirigente associativo, chefe do Grupo 60 dos Escoteiros de Portugal e firme lutador, através da escrita, em prol do desenvolvimento do concelho.

Família Rafael de Oliveira! Conheceu esta terra e as suas gentes muito antes do 25 de Abril de 1974 numa das muitas digressões que a Companhia de Teatro, que levava o seu nome, fez pelo País dando ao povo a oportunidade única de ver e sentir ao vivo o teatro feito por profissionais.

Após o 25 de Abril o filho, Fernando de Oliveira, e o neto, Álvaro de Oliveira, acabariam por fixar-se em Vila Real de Santo António por razões profissionais e familiares, tendo doado ao Grupo de Teatro António Aleixo do Glória Futebol Clube o guarda roupa da extinta companhia de teatro Rafael de Oliveira, assumido a direcção técnica daquele grupo amador durante os seus melhores anos de actividade e grandes impulsionadores dos festivais de teatro que, durante anos, trouxeram ao palco do Glória o que de melhor se fazia em Portugal, bem como muitos dos melhores actores.

Infelizmente nenhuma das pessoas que referi está hoje entre nós. A sua memória não pode, nem deve, ser esquecida e por isso decidi lembrá-los e lançar o repto à câmara e a esta assembleia municipal para que preste a estas três figuras da nossa memória colectiva o merecido reconhecimento público que, julgo, lhes é devido.

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

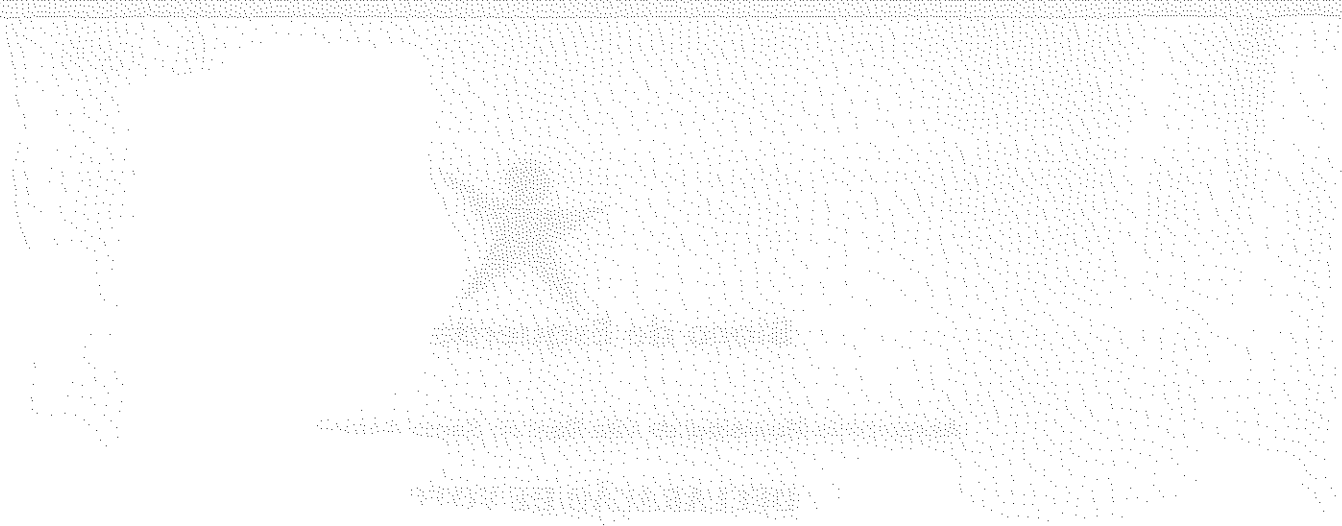
Assunto: Concurso público de “Concessão e gestão de exploração do serviço público de estacionamento tarifados dispersos na via pública do núcleo urbano de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e parques de estacionamento de Monte Gordo – Adjudicação e aprovação de minuta do contrato.

O Bloco de Esquerda é contrário à existência de parques públicos de estacionamento que não sejam de uso gratuito, e em particular se os mesmos são entregues a entidades privadas. O problema do estacionamento automóvel não se resolve com parques de estacionamento público entregues a empresas privadas e que, invariavelmente, resultam em mais uma taxa fortemente penalizadora para os munícipes e para os cidadãos em geral, ao mesmo tempo que asseguram mais uma boa via de negócio para os privados.

É igualmente digno de absoluta reprovação o facto de o contrato que está prestes a ser celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e a empresa E.S.S.E. – Estacionamentos à Superfície e Subterrâneo, S.A. (a mesma empresa que se revelou incumpridora de um contrato anterior), apresentar a duração de 360 (trezentos e sessenta) meses, o que configura, na opinião do Bloco de Esquerda, um completo despropósito.

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015

(José Dourado)



1. The first part of the document is a list of names and addresses, which are arranged in a table-like format. The names are listed in the first column, and the addresses are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Doe, and John Doe. The addresses are: 123 Main St, 456 Main St, and 789 Main St.

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Declaração de voto

Delegação de Competências nas freguesias

A CDU decidiu abster-se na proposta de transferência de competências e respetivo financiamento pelas seguintes razões:

Verifica-se que o PSD na câmara municipal persiste na política de não levar até às últimas consequências as potencialidades de descentralização nas freguesias, abertas com nova legislação, apesar das dificuldades que esta introduziu.



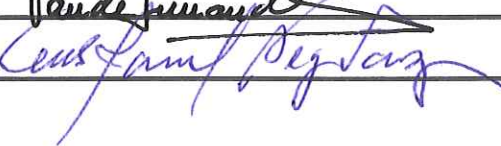
Esta posição do PSD é facilitada pela atitude dos seus eleitos nas próprias freguesias, por não se mostrarem dispostos a assumir mais responsabilidades na prestação de serviço público.

Todavia é positivo que continuem, mesmo que mitigadas, a existir competências descentralizadas, ainda que muito abaixo do seu possível alcance, para bem das populações abrangidas por cada uma delas.

Esta declaração de voto abrange as propostas apresentadas para as freguesias de Monte Gordo, Vila Nova de Cacela e Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY

REPORT OF THE
COMMISSION ON THE
STRUCTURE OF THE
ATOMIC NUCLEUS

BY
J. J. AUSTIN
AND
J. D. JARVIS

CHICAGO, ILLINOIS
1968




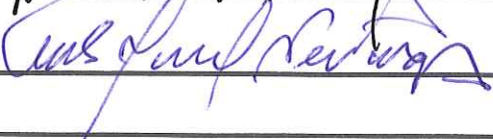
Declaração de Voto
Acordo celebrado entre o Município
e os herdeiros de Manuel Santos Rochina e outros

A CDU votou favoravelmente a proposta de apuramento judicial sobre o litígio que opõe os herdeiros de Manuel Santos Rochina e outros à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, a propósito das contrapartidas pela construção da estrada de ligação da EN 122 à Av. Da República, com os seguintes pressupostos:

1. *Foi sempre desejo dos eleitos da CDU que, logo que surgiu o conflito, os direitos de cada uma das partes fossem apurados com recurso aos órgãos judiciais.*
2. *Se vier a ser declarada nula e de nenhum efeito a permuta efetuada, deve ficar o caso das contrapartidas devidamente encerrado.*
3. *Se a Câmara Municipal não tiver razão neste processo, deve proceder ao cumprimento do acordado, procurando que a área de construção a ceder não inviabiliza o prolongamento da rua de Angola, essencial ordenamento da cidade de Vila Real de Santo António.*

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Saudação ao povo grego

Os resultados das eleições legislativas do passado dia 25 de Janeiro na Grécia, para além de escolhas políticas internas que são matéria da exclusiva responsabilidade do seu povo soberano, tiveram ampla repercussão internacional, em particular na Europa.

Os eleitores gregos repudiaram nas urnas as pressões para condicionar as suas escolhas democráticas à vontade dos agiotes internacionais, da *Troika* e dos responsáveis europeus por cinco anos de austeridade, que conduziram o país ao desastre económico, social e humanitário.

Fica demonstrado que existem alternativas políticas à austeridade, seja esta em doses duras seja em doses light. Na Grécia, como em Portugal, a austeridade gerou uma espiral recessiva, o aumento do desemprego e da própria dívida, por mais que seja maquilhada pela contabilidade criativa dos governos, das entidades reguladoras e agências de *rating* – as mesmas que encobriram até ao limite as bolhas financeiras e a falência de bancos como o Lehman Brothers, o BPN e o BES – GES.

As medidas anti-austeridade do novo governo grego – fim das privatizações e despedimentos na administração pública, reposição do salário mínimo anterior à entrada da *Troika*, entre outras –, e as propostas de renegociação das dívidas soberanas vão no bom sentido, ao apontarem um novo rumo para a Europa.

O governo PSD/CDS insiste numa postura servil, “mais merkelista que a senhora Merkel”, que envergonha Portugal e prejudica a própria recuperação económica europeia, em particular nos países do Sul; ao mesmo tempo que, de forma oportunista, antecipa o possível recuo dos seus tutores para salvarguardar os louros de uma eventual renegociação da dívida que sempre recusou.

Assim, o Bloco de Esquerda de Vila Real de Santo António declara o seguinte:

- 1. Saúda o povo grego que, numa situação económica e social dramática, deu mais uma bela lição de dignidade e democracia à Europa e ao mundo;**
- 2. Saúda as medidas anti-austeridade adotadas pelo governo grego e apoia a exigência de renegociação das dívidas soberanas a nível europeu;**
- 3. Repudia o servilismo do governo português face aos poderosos da Europa, exigindo uma nova atitude digna de um povo soberano com mais de oito séculos de História.**

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015.

O deputado municipal do BE,

José Dourado.



Proposta de Resolução

Pela salvaguarda dos postos de trabalho na Litográfica do Sul

Os trabalhadores da empresa Litográfica do Sul, estão a enfrentar grandes dificuldades, devido ao atraso no pagamento de salários pelo segundo mês consecutivo e pela falta de esclarecimento por parte da entidade patronal sobre os motivos desta situação, que é agravada por aparentemente não faltarem encomendas, mas não haver disponível matéria-prima para laborar, o que poderá estar a arrastar a empresa para a beira do abismo.

Neste momento há mais de 40 postos de trabalho do sector produtivo em risco e seria muito importante que a empresa esclarecesse os trabalhadores e a opinião pública sobre qual a real causa das dificuldades que atravessa.

Por outro lado, a Câmara Municipal tem a obrigação, dentro das suas competências de fomento da economia e de intervir junto da administração da empresa no sentido de se evitar o encerramento.

A Litográfica do Sul tem uma importância fundamental para o Concelho de Vila Real de Santo António, foi pioneira das Artes Gráficas e faz todo o sentido que o governo, que não tem hesitado em auxiliar a banca com Milhões de Euros, não se empenhe agora em apoiar a empresa, caso esta venha a necessitar, para prosseguir a sua actividade.

Que seja dado conhecimento à Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António

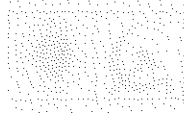
à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António,

ao Governo da República Portuguesa e

ao Presidente da República

Vila Real de Santo António, 25 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

TO THE PRESIDENT OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO
FROM THE DEAN OF THE FACULTY
SUBJECT: [Illegible]

[Illegible text block]

[Illegible text line]

[Illegible handwritten notes or signatures]